

O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOCENTE E A FORMAÇÃO ACADÊMICA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Altina Abadia da Silva (Regional Catalão-UFG – tina@wgo.com.br)

Elma Valéria Lopes (Regional Catalão-UFG – elmalopes@wgo.com.br)

Heloisa Vitória de Castro Paula (Regional Catalão-UFG – heloisavcp@hotmail.com)

Maristela Vicente de Paula (Regional Catalão-UFG – maristela.vicente.paula@gmail.com)

Maysa Pires Pacheco (pachecoricoli@gmail.com)

Neila Maria Mendes (Regional Catalão-UFG – neilam@ibest.com.br)

Normalene Sena de Oliveira (Regional Catalão - UFG - normalene.sena@gmail.com)

Grupo Temático 6. Educação e tecnologias: formação e atuação de educadores/profissionais

Subgrupo 6.1 - Conhecimentos e práticas: aprendizagem da docência e desenvolvimento profissional

Resumo:

O Núcleo de Estudos e Pesquisa do qual fazemos parte, através da Universidade Aberta do Brasil, iniciou sua trajetória na Educação a Distância por meio de um curso de extensão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente¹ oferecido aos profissionais da Educação Básica, e diferentes atores sociais ligados à promoção e defesa dos direitos da criança e adolescente. O curso está na sua quarta edição e conta com acompanhamento de uma equipe da universidade à qual pertencemos, formada por coordenação, tutoria, professores formadores e supervisão do curso, entre outros. Essa equipe planejou o curso e fez sua avaliação e adequação para as novas edições solicitadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI. A educação a distância nos possibilitou inúmeras reflexões, surgimento de projetos de pesquisa e extensão e a proposição de dois cursos de pós-graduação lato sensu. Através da EaD experimentamos novos rumos no processo de ensino e aprendizagem docente.

Palavras-chave: Educação a distância; Aprendizagem da docência; tecnologias; direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente.

Abstract:

The Center for the Study and Research of which we are part, through the Open University of Brazil, began his career in Distance Education through an extension course on the Statute of the Child and Adolescent offered to professionals of Basic Education, and the different social actors linked to the promotion and defense of the rights of children and adolescents. The course is in its fourth edition and has a team monitoring the university to which we belong, formed by coordination, tutoring, teacher educators and supervision of the course among others, this team has planned the course and made its assessment and adaptation to new issues requested by the Department of Continuing Education, Literacy, Diversity and Inclusion-SECADI. Distance education has enabled countless reflections, the emergence of research and extension projects and proposals for a post-graduation course through distance education have experienced new directions in teaching and teacher learning.

Keywords: Distance education; Learning of teaching; technologies; human rights.

¹ Trabalho desenvolvido com apoio financeiro da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI.

1. Introdução

A educação a distância tem conquistado um espaço relevante no contexto da educação superior por apresentar inúmeras possibilidades de acesso junto aos diversos agentes de transformação, como também a facilidade de adequação nas necessidades curriculares das Instituições. Neste sentido queremos socializar por meio deste texto nossa experiência docente como professores formadores em um projeto de extensão que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente em educação à distância que já está na sua quarta edição e o princípio de uma experiência docente em dois cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Para Moran (2002) a educação a distância é um processo de ensino e aprendizagem em que a mediação perpassa pelas tecnologias. Iniciar um aprendizado em educação a distância quando já se encontra inserido na docência perpassa por um processo de desconstrução dos estigmas que se carrega acerca do conceito desta formação em que não estamos face a face com o aluno. A ação, a interlocução está mediada por outras ferramentas, que precisamos conhecer e da qual temos que nos apropriar. A compreensão como docente inicial neste processo requer tempo e organização para interagir com os novos recursos, concepções e valores. O que exige um constante aprimoramento e abertura para lidar com os desafios, implicações e exigências da prática docente que assumimos mesmo fora da prática da docência à distância. Assim sendo recordamos Freire (1996), quando afirma que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador. No meu entender o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador. (FREIRE, 1996, p. 29)

2

Em nossa sociedade o professor já foi um profissional de *status* social reconhecidamente elevado, porém, nos dias atuais, está distante de ser identificado dessa forma. Os motivos de mudança tão radical em relação à figura do professor são inúmeros, além de envolverem questões de âmbito histórico, político, social e econômico que foge ao nosso poder mais direto de intervenção, mesmo como pesquisadores da área.

Aliado a isso, temos presenciado nos últimos vinte anos, um movimento crescente de desvalorização da figura do professor que atinge aspectos fundamentais relativos ao exercício digno de sua função, a saber: qualificação profissional, condições de trabalho e salários.

Entretanto, na contramão desse processo, têm se desenvolvido muitas pesquisas na área da formação de professores, desde os anos 1990, gerando um movimento intenso de busca por compreensão da natureza dessa profissão e da importância da formação profissional para seu exercício, especialmente no que diz respeito à Educação a distância e novas tecnologias.

As investigações da área sobre a qualificação profissional docente revelam fortemente a intenção de contribuir com a reconstrução da identidade profissional e de

recuperar, aos olhos da sociedade, o reconhecimento e a confiança outrora atribuídos aos professores, sem saudosismos romantizados, mas pela análise e reflexão dos aspectos que envolvem a formação e o exercício desta profissão nos dias atuais, enfatizando sua importância para a sociedade.

Um dos principais objetivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada em 2005 pelo Ministério da Educação, era articular e integrar “um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta de ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil”².

A UAB é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

O Sistema UAB foi instituído pelo [Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006](#), para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

O Núcleo de Estudos e Pesquisa do qual fazemos parte, através da Universidade Aberta do Brasil – UAB, iniciou sua trajetória na Educação a Distância a partir de 2010 quando fomos contemplados com um edital da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI para desenvolvermos um curso de extensão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente oferecido aos profissionais da Educação Básica, e também aos diferentes atores sociais ligados à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. O curso se insere na modalidade de formação continuada de profissionais da educação, da saúde, do desenvolvimento social, da segurança pública e justiça, da mídia e lideranças de movimentos sociais, bem como dos conselhos tutelares e de direitos, tratando das temáticas ligadas a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, possibilitando aos profissionais condições de observar e introduzir nas suas reflexões e práticas as relações pertinentes à temática, na perspectiva de construção de uma sociedade que contemple a cidadania da criança e do adolescente.

O curso já está na sua quarta edição e conta com acompanhamento de uma equipe da universidade a qual pertencemos, formada por coordenação geral, tutoria, professores formadores e supervisão do curso, entre outros. Essa equipe planejou e implementou o curso, faz constantemente sua avaliação e adequação para as novas montagens, ou seja, segunda, terceira e quarta edição solicitadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI. A experiência de oferta de um curso de extensão a distância possibilitou inúmeras reflexões fomentando o surgimento de vários projetos de pesquisa e extensão e da proposição de dois cursos de pós-graduação lato sensu, especialização em Direitos Humanos da criança e do adolescente (SECADI) e Ensino

² Disponível em: <http://www.uab.mec.gov.br>

interdisciplinar sobre Infância e Direitos Humanos, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), também via Educação a Distância.

Nossa opção pela temática da infância, adolescência e direitos humanos, justifica-se pelo fato de uma das linhas de pesquisa do nosso núcleo intitulada “infância, adolescência e sociedade” realizar estudos de caráter histórico, sociológico e do campo da saúde que incidem sobre as relações a que estão submetidas a criança e o adolescente nos espaços por eles ocupados na sociedade, considerando o processo histórico de constituição das concepções que implicam na sua condição de sujeitos sociais com vistas à garantia de seus direitos e cuidados integrais.

Ancorado na Constituição Federal do Brasil de 1988, que postulou a defesa do estado de sujeito de direitos à criança e adolescente, foi promulgado em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se constitui em fundamental instrumento de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente brasileiros.

A viabilização e consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente estão vinculadas a três seguimentos principais, quais sejam: sistema jurídico, sistema institucional de proteção e as políticas públicas. Sua disseminação no contexto social e político demanda a compreensão de concepções que tratam a infância e adolescência em um paradigma de cidadania e busca superar a noção de incompletude, atribuindo à criança e ao adolescente.

Em setembro de 2007 foi promulgada a Lei nº. 11.525, que acrescenta o § 5º ao art. 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), tornando obrigatória a inclusão do conteúdo e de materiais didáticos relativos aos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental, tendo como diretriz o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Considerando o que proclama a Constituição Federal do Brasil (CF), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no que tange à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, mostra-se necessária e urgente a implementação de políticas de qualificação dos profissionais que atuam junto ao público em questão, para os quais está apresentado o desafio de construir redes eficazes que amparem a criança e o adolescente e possibilitem o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Frente a essa demanda o Ministério da Educação através da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), em parceria com a SEED (Secretaria de Educação a Distância) e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), lançou em novembro de 2009 o *EDITAL Nº 28 SECAD/MEC*, que convocou as instituições de ensino superior a apresentarem propostas para os cursos da Rede de Educação para a Diversidade, objetivando o seu fortalecimento no âmbito do sistema de Universidade Aberta do Brasil para a implementação de programa de formação de gestores, professores e profissionais da educação e movimentos sociais nas áreas da diversidade (BRASIL, 2009).

O edital disponibilizou propostas para cursos por áreas temáticas, dentre elas o Curso sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em virtude de se tratar de uma temática de interesse do nosso Núcleo de Estudos e Pesquisa, que em sua trajetória desenvolve projetos de extensão, pesquisa e eventos, com ênfase direta ou indiretamente ligada aos direitos humanos, infância e formação de professores, assim tomamos a decisão de concorrer ao edital, sendo contemplados nesse intento.

Trata-se de um curso na modalidade de aperfeiçoamento, à distância, com carga horária na primeira e segunda edição de 90 horas, e atualmente de 120 horas. O curso é

voltado para o público do sistema de ensino, profissionais da educação básica, tais como professores, gestores de educação nos estados e municípios, diretores de escolas, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, bem como para um público chamado institucional que considerou conselheiros tutelares, conselheiros de direitos de criança e adolescente, profissionais de saúde, de desenvolvimento social, agentes de segurança pública e justiça, profissionais de mídia e comunicação e lideranças de movimentos sociais ligados à promoção e defesa dos direitos da criança e adolescente (BRASIL, S/D).

O Curso caracteriza-se como um espaço de formação continuada prioritariamente para profissionais de educação básica, mas também contemplando outros atores sociais que atuam com a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. O objetivo do curso é proporcionar qualificação necessária para inserção dos temas em questão no cotidiano das práticas educacionais da sala de aula, bem como em outros espaços de atuação profissionais, favorecendo a construção de redes de proteção bem articuladas.

2 - O Processo de Ensino e Aprendizagem Docente e a Formação de Professores na Educação a Distância

O processo de liberação tramitou pelo ano de 2010, possibilitando a realização do curso somente no segundo semestre de 2011, sendo oferecido em seis (6) polos atendendo a sete (7) turmas, sendo duas em um único polo. A demanda por vaga superou significativamente a expectativa estimada, da ordem aproximada de cinco para um, em relação ao que fora prevista, 240 vagas disponibilizadas, gerando um processo árduo de seleção dos pretendentes. Os inscritos foram selecionados pelos professores formadores tendo como critérios centrais o campo de atuação profissional e o envolvimento na rede de proteção da criança e do adolescente.

As atividades do curso foram propostas e desenvolvidas por meio da autoinstrução a partir da interação no ambiente virtual Moodle e da participação em dois encontros presenciais. A equipe de trabalhadores foi composta pelas seguintes designações, uma coordenação geral, uma coordenação de tutoria, professores formadores, orientadores acadêmicos, tutores presenciais e um suporte técnico.

A coordenação geral acompanhou todo o desenvolvimento do curso e garantiu o andamento dos aspectos administrativos. A coordenação de tutoria orientou e acompanhou o planejamento, a sistematização do ambiente virtual, o desenvolvimento do curso, a avaliação permanente do processo, a relação da equipe com os cursistas e a conclusão do curso. Os professores formadores assumiram a elaboração/montagem das salas virtuais e dos materiais pedagógicos produzidos para o curso. Os orientadores acadêmicos são os educadores que atuaram diretamente com os cursistas no ambiente, orientando, estimulando/provocando e avaliando as atividades elaboradas pelos mesmos. Os tutores presenciais oferecem o apoio nos polos, estabelecendo contato presencial com o cursista, orientando sobre o uso do ambiente virtual e/ou também sobre a elaboração e envio das atividades propostas. E por fim o suporte técnico, que respondia pelas intercorrências no ambiente ou ainda pelas dúvidas/dificuldades da equipe sobre o mesmo.

O ambiente virtual foi preparado pelos professores formadores em três módulos de quatro unidades cada, totalizando em três meses de curso sustentado por um planejamento prévio. Foi também disponibilizado no ambiente e posteriormente na forma impressa o livro

básico do curso de autoria dos professores formadores, bem como um Disco Digital Versátil - DVD produzido pelo Centro Integrado de Aprendizagem em Rede - CIAR.

O curso foi sistematizado em Módulo Introdutório, 05 horas, que prepara os cursistas para utilizar o ambiente virtual Moodle. O Módulo I trata do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA) - 20 horas. E o Módulo II, que aborda *Atores, Papéis e Atribuições na Rede de Proteção Integral e no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente - Medidas Protetivas e Medidas Socioeducativas*, 30 horas; e por fim o Módulo III, intitulado *O ECA no ambiente escolar - Possibilidades de aplicação em projetos pedagógicos*, 30 horas.

Após o processo de ambientação na primeira semana de curso, realizamos o primeiro encontro presencial, coordenado em cada polo por um professor e formador juntamente com a equipe do polo (orientador acadêmico, tutor presencial e coordenador do polo). E o segundo e último encontro presencial ocorreu no início do terceiro módulo, objetivando orientar a atividade final do curso que consistiu em elaborar um projeto de ação pedagógica para ser desenvolvido na escola ou em outro espaço da rede de proteção da criança e do adolescente.

Com o significativo êxito da primeira edição, que garantiu a conclusão de aproximadamente 70% dos cursistas matriculados, nosso Núcleo de pesquisa através da coordenação geral do projeto foi consultado sobre a disponibilidade de oferecer uma segunda edição no ano de 2012. Mediante a surpreendente procura pelo curso na primeira edição e a relevância da temática, aprovamos a segunda edição que foi ministrada através da Plataforma Freire e atendeu especificamente educadores da rede pública de ensino, em número aproximado de 300 cursistas.

Nesta edição do projeto não foram previstos encontros presenciais; contudo, o colegiado do curso entendeu que havia a necessidade de realizar ao menos uma atividade dessa natureza para marcar o envolvimento e comprometimento da equipe com os cursistas, auxiliando-os nas dificuldades iniciais de ambientação no curso.

Durante o período que compreendeu a participação no edital de chamada para oferta de cursos da Rede de Educação para a Diversidade, até os desfechos finais da primeira edição e parte da execução da segunda edição do Curso ECA, nosso Núcleo realizou em parceria com o Conselho Tutelar da criança e do adolescente do nosso Município, a 1ª e a 2ª Conferência dos direitos da Criança e do Adolescente da nossa Microrregião, respectivamente nos anos de 2009 e 2011, viabilizando a participação com representação do município e outros onze municípios da microrregião, nas Conferências, Estadual e Nacional, nos anos de 2009 e 2012. Realizou também no ano de 2010 o I Encontro Nacional e IV Simpósio Infância e Educação, com a temática geral "Parabéns ao ECA: 20 anos" e o II Encontro Nacional e V Simpósio Infância e Educação – "Caminhos e descaminhos do sistema de garantia dos direitos da criança e do Adolescente no Brasil", eventos de caráter acadêmico, que ofereceram debates envolvendo o âmbito nacional e local sobre as questões que envolvem os direitos da criança e do adolescente, nos espaços de conferências, mesas, de comunicação e publicação de trabalhos científicos e como característica marcante desse evento, um espaço dedicado à arte voltada para o público infantil.

No ano de 2013, a partir das avaliações realizadas após a segunda edição, decidimos que era necessário ampliar a carga horária do curso, para a terceira edição que passou de 90 para 120 horas, nesta terceira edição, aperfeiçoamos também a forma de elaboração de materiais didáticos do curso, como as videoaulas e as videoconferências, possibilitando uma maior participação e interação dos professores formadores com os cursistas.

No final do ano de 2013 fomos surpreendidos, com a indicação da SECADI, para além de uma re-oferta do curso de extensão, constituindo uma quarta edição, que ele se ampliasse para a constituição de uma pós-graduação *lato sensu*. Foi no final de 2013 também que concorremos a um edital da CAPES que abria espaço para cursos *interdisciplinares lato sensu na modalidade a distância* e estes se constituem no novo desafio que nós professores formadores estamos vivendo neste ano de 2014, programar e implementar dois cursos de especialização a distância, que mantenha a qualidade ofertada no curso de extensão e que nós professores possamos continuar na busca da reflexão e auto formação.

O Curso Estatuto da Criança e do Adolescente ganhou significativa dimensão nas atividades desenvolvidas pelo núcleo de pesquisa, desdobrando em novas atividades e participando de forma expressiva em atividades pré-existentes. Tornou-se mote de produções de caráter acadêmico e de materiais dedicados ao público em geral, as instituições da rede de garantia de direitos e proteção da criança e do adolescente, especialmente a escola como local privilegiado da rede, buscando promover amplo debate sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, na perspectiva da formação de valores e conceitos que fortaleça o exercício da cidadania do grupo social em questão.

Nos estudos e pesquisas desenvolvidos no nosso núcleo em torno da docência virtual, têm sobressaído questões como a falta de investimentos das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas na Educação a Distância, o que dificulta a institucionalização desta modalidade de ensino nas universidades brasileiras.

Um fator recorrente é o desafio que os docentes enfrentam para lidar com a linguagem estabelecida na Educação a Distância, pois acostumado à docência presencial o professor não se adapta facilmente à linguagem exigida na Educação a Distância e isso acarreta problemas na relação professor aluno, tais como: o não entendimento das consignas dadas e dificuldades de compreensão das atividades solicitadas pelo docente.

Ao tratar da relação professor/aluno são também reentrantes os problemas de interação, que comumente é mediada pela tecnologia. Como aproximar professor e aluno? Este tem sido um dos grandes desafios vencidos pelos professores do nosso núcleo de estudos e pesquisas. Não que chegamos ao ápice desta relação, mas percebemos quanto já avançamos e isso nos conforta e estimula a caminhada.

Por último e não menos importante, vivemos a angustia de trabalhar em rede/equipe e prescindir que essa rede funcione, pois sabemos que o papel, a função de cada componente é essencial para que o aluno da Educação a Distância não se sinta desamparado, ao contrário, se sinta mais autônomo e instigado com relação aos estudos.

3 - Considerações Finais

Ao inserir no contexto da educação a distância fomos identificando alguns desafios no processo de construção do conhecimento como docente neste cenário. O primeiro passo foi desconstruirmos preconceitos acerca da educação à distância; reconhecer o desconhecimento do que de fato é a educação a distância; identificar a necessidade em instrumentalizar-se para interagir numa rede virtual; estudar as ferramentas para o ambiente virtual; abertura para acolher o diferente entre os pares na equipe de trabalho e no ambiente virtual. Identificamos neste caminho alguns facilitadores como: A predisposição para apreender a aprender; a identificação com a temática da infância e adolescência e a atuação junto a diversos atores sociais. Na função de professores formadores, neste

processo tínhamos que priorizar a elaboração do material pedagógico e o planejamento de cada atividade na sala virtual que se deu em quatro unidades para cada módulo. Atuamos em quase todos os polos UAB do nosso estado e identificamos a satisfação dos cursistas em ter a possibilidade em aprofundar um tema complexo, desafiador, mas ao mesmo tempo atual e exigente no contexto das políticas públicas para crianças e adolescentes e os direitos humanos.

Nós professores que assumimos a responsabilidade de organizar e transmitir os conteúdos das disciplinas do curso, a outros professores em formação continuada sabemos que não somos entidades imaginárias, entretanto corremos o risco de nos transformarmos numa caricatura autoritária de nós próprios, pela dimensão que a imagem televisiva assume quando não apenas representa a verdade, mas parece se tornar a própria.

O curso Estatuto da Criança e do Adolescente, e mais recentemente o curso de especialização, apresentam um universo de possibilidades para a experiência docente na sua integração ensino, serviço e comunidade com grande participação dos diversos agentes sociais e a compreensão do processo contínuo de construção e reconstrução do conhecimento e que este como docente é um mediador, facilitador que cria possibilidades para que o aluno seja participante ativo e agente transformador do seu processo de aprendizagem e transformação pessoal e coletiva no meio em que está inserido (BORDENAVE; PEREIRA, 1983).

A articulação com as diversas experiências de vida dos cursistas, as demandas advindas de suas realidades criaram possibilidades para um maior aprofundamento e reconhecimento do importante papel da educação à distância na formação das pessoas. Verificamos que a interação entre os participantes dos cursos apresentou desafios aos docentes no sentido de ampliar o olhar para um universo que não se restringe apenas à educação formal, mas ser educador perpassando pelo universo em que se encontra o discente e a relação que este estabelece com o conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino aprendizagem**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRASIL, **Edital nº 28 SECAD/MEC, 23 de novembro de 2009**. Chamada Pública para seleção de Instituições de Ensino Superior para implementação de cursos da rede de Educação para a diversidade no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Normativas internacionais. Conselho nacional dos direitos da criança e do adolescente. Brasília: Conanda, 2002.

BRASIL. **Manual da Rede de Educação para a Diversidade**. Presidência da República. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Universidade Aberta do Brasil (UAB), S/D.

CRESPI – Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a infância. **História da legislação relativa à infância no Brasil**. Disponível em: <<http://www.usu.br/cespi/marclegi.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2006.

FALEIROS, B. P. Políticas para a infância, adolescência e desenvolvimento. **Boletins IPEA – Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**. Instituto de Política Econômica Aplicada. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, agosto 2005. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_11/ENSAIO1_Vicente.pdf.
Acessado em: 20 jul. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia; saberes necessários à prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HÜNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. de F. Tecnologias de governo: constituindo a situação de risco social de crianças e adolescentes. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 2, n. 2, p. 41-56, jul./dez. 2002.

LOPES, L. B. de F.; SOUZA SILVA, I. M. de. Concepção de infância: uma busca pela trajetória do legalizado. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 25, p. 132-140, mar. 2007.

MATA, M. L. Educação a Distância e Novas Tecnologias. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro: ABT, v. 22, n. 123-124, p.8-12, mar./jun. 1995. MENEGOLLA,.

MINISTÉRIO da Educação/**Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: <www.uab.mec.gov.br>. Acesso em 15 de maio de 2010.

MORAN, José Manuel. O que é educação a distância. 2002. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em: 21 out. 2009.

NASCIMENTO, C. T. do; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA, V. F. de. **A construção social do conceito de Infância**: algumas interlocuções históricas e sociológicas. 2008. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/gepeis/infancias.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2009.

NUNES, D. G. **A Infância no Brasil da modernidade**. Revista Inter-ação, Goiânia, v. 27, n. 1, p.1-9, jan./jun 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

RIZZINI, I. **Filantropia e repressão**: a dimensão social da infância no projeto de construção nacional do Brasil. 1997. 245p. Tese (Doutorado em Ciências Políticas e Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ-Tec, Brasil, 1997.

_____, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TRINDADE, J. M. B. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**, v.19, n.37, p. 35-58, set. 1999.

VEIGA, C. G. A infância e a modernidade: ações, saberes e sujeitos. In. FARIA FILHO, L. M. (Org.). **A infância e sua educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 69-70.

VALENTE, J. A. Formação de profissionais na área de informática em educação. In: VALENTE, J. A. (Org.). **Computadores e conhecimento: repensando a educação**. Campinas-SP: Unicamp, 1993.

WADSWORTH, J. E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. **Revista brasileira de História**, v.19, n.37, p.103-124, set. 1999.